

## **O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ES na segunda metade do século XIX.**

Maria do Carmo de Oliveira Russo

Doutora em História Social/USP

Email: [mcor07@yahoo.com.br](mailto:mcor07@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

Nesta comunicação direcionaremos esforços no sentido de fornecer um panorama geral das transações comerciais com escravos em São Mateus, cidade portuária do extremo-norte da Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, a partir da análise de documentos cartoriais de compra e venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos (hipotecas, permutas, doações, penhoras, aluguel, empréstimo, transferência de serviços, pagamento e confissão de dívidas, locação de serviços, dentre outros). Neste conjunto documental são destacadas as variáveis dos escravos comercializados entre 1863 e 1888, tais como sexo, idade, cor, origem, qualificação profissional, bem como a avaliação e utilização desses enquanto bem econômico. Serão consideradas também as variáveis externas que influenciavam o mercado de escravos no período estudado e relacionadas aos fatores políticos, sociais e econômicos. Nesta perspectiva, considerar-se-á o escravo numa condição sócio-econômica dupla, ou seja, enquanto mão-de-obra e mercadoria, reconhecendo neste uma importante força de trabalho e uma mercadoria altamente comerciável. Procurar-se-á observar os padrões de compra e venda dos escravos, o perfil dos compradores e dos vendedores, assim como a variação de preços, numa tentativa de apresentar uma caracterização geral deste mercado de cativos em São Mateus na segunda metade do século XIX, destacando neste um levantamento das firmas comercializadoras de escravos nesta praça. A partir do uso de métodos quantitativos e da análise qualitativa dos documentos, procuraremos mostrar as especificidades das relações escravocratas constatadas nos processos de compra e venda e de outras atividades mercantis com escravos no âmbito regional.

Palavras-chave: Escravidão; Século XIX; São Mateus/ES; Comércio de escravos.

O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ES na segunda metade do século XIX.

O presente estudo tem por finalidade colocar em destaque certas características das estruturas agrárias e sócio-econômicas da Freguesia de São Mateus, no extremo norte da Província do Espírito Santo, procurando demonstrar a importância da instituição escravista nesta região no transcurso da segunda metade do Oitocentos. Em tal contexto, destacaremos as especificidades da escravidão, sobretudo em São Mateus, cidade que se destacou devido à importância do seu porto fluvial, considerado um vetor do desenvolvimento regional à época.

Ao longo do século XIX, o escoamento da produção agrícola regional, principalmente a farinha de mandioca e, posteriormente, o café, era feita através do porto de São Mateus, o qual abrigou também um ativo mercado de escravos. A farinha de mandioca tornou-se o produto principal da produção agrícola e da economia de São Mateus, permanecendo no topo das suas exportações durante todo este período, mesmo com a gradual implantação da lavoura cafeeira naqueles territórios a partir de meados do século XIX. Outras atividades também geravam riquezas em São Mateus, a exemplo dos produtos oriundos do extrativismo vegetal, praticado em larga escala nas ricas matas e florestas daquela região desde o período colonial, onde se incluía a exploração das madeiras e das ervas medicinais (sendo que, neste último caso, a *poaia* teve maior destaque).

Contudo, não se pode ignorar que o comércio de escravos sempre foi dinâmico nesta realidade econômica, haja vista o grande número de escrituras de compras e vendas de escravos registrados nos documentos cartoriais de São Mateus, além das diversas escrituras tratando de hipotecas e penhoras de escravos em circunstâncias variadas, cujas situações, em conjunto, movimentaram grandes quantias do capital circulante naquela praça/mercado e tornaram São Mateus parte importante da economia provincial do Espírito Santo.

Procurar-se-á neste artigo colocar em destaque tais questões, com base nos resultados obtidos em nossa pesquisa nas fontes, na qual consultamos e analisamos documentos cartoriais da cidade - Livros do Notariado ou Livro de Notas - do Cartório de 1º. Ofício Arnaldo Bastos, que abriga, além dos registros de alforrias, um grande número de escrituras de compra e venda, hipotecas, doações, aluguel de escravos, dentre outras atividades mercantis envolvendo os escravos no período compreendido entre 1863 e 1888.

Uma tendência geral verificada no contexto escravista do Brasil a partir de 1850, com a proibição do tráfico externo de escravos, diz respeito ao fato de que muitos comerciantes e fazendeiros estimularam o comércio interno de escravos, tanto de

algumas províncias para outras, como no interior das próprias províncias, cujas transações são denominadas ‘tráfico interprovincial’ ou ‘intraprovincial’ de escravos.

Observa-se que os estudos acerca desta temática, até pouco tempo atrás, trataram, sobretudo, das regiões agro-exportadoras, sendo que as regiões com economias mais voltadas para o mercado interno eram quase que exclusivamente vistas como ‘perdedoras’ de escravos no interior destes circuitos.<sup>1</sup>

Também podemos perceber, no conjunto das escrituras públicas que envolvem negócios com escravos, que determinadas famílias/indivíduos comparecem nestes documentos num movimento ou dinâmica financeira ‘decadente’, ou seja, vendendo muitos escravos, penhorando ou hipotecando outros tantos, demonstrando uma tendência de perda ou fragmentação de seus patrimônios (escravos, imóveis, etc.), aparentando certo ‘empobrecimento’ na hierarquia sócio-econômica regional.

Por outro viés, há um grupo de famílias/indivíduos<sup>2</sup> que apresentam movimento contrário, ou seja, de crescimento e aumento dos seus investimentos e patrimônios, comparecendo nestas escrituras como aqueles que dispõem até de capitais para bancar um grande número de empréstimos, penhora e hipotecas no conjunto desta sociedade.

O comércio de escravos figurou como mais um elemento na estrutura comercial que se montou em São Mateus ao longo dos anos. Este comércio “não gerou fortunas no século XIX naquela região, apenas fez parte delas, ou gerou possibilidades de outros investimentos quando as negociações revertiam em dinheiro.”<sup>3</sup>

Conforme a análise que fizemos dos dados reunidos na pesquisa envolvendo as transações registradas em cartório e referentes ao comércio de escravos em São Mateus, percebemos que é possível identificar o grupo dos comerciantes/ fazendeiros que mais se destacou no comércio de escravos em São Mateus no período (1863-1887), sem descartar a possibilidade da ocorrência de negociações não registradas em cartório.

Nosso estudo acerca da compra e/ou venda de escravos em São Mateus na segunda metade do século XIX amparou-se, sobretudo, na análise do banco de dados

---

<sup>1</sup> Tal foi o caso do Rio Grande do Sul que, entre 1863 e 1872 apresentou uma perda de aproximadamente dez mil escravos, quase mil por ano, mas que nas pesquisas recentes demonstram uma outra realidade em Pelotas, por exemplo. Cf. VARGAS, Jonas. *Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880*. Anais do 5º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, p.1.

<sup>2</sup> Não podemos deixar de considerar que a maioria dos negociantes analisados possui algum grau de parentesco entre si.

<sup>3</sup> A região de São Mateus, a nosso ver, apresenta certa similaridade com Mogi das Cruzes no interior paulista. Cf. CONSTANTE, Armando de Melo Servo. *Comércio de escravos em Sant’Anna de Mogy das Cruzes na segunda metade do século XIX - 1864/1887*. In: Anais do XVII Encontro Regional de História - O Lugar da História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

construído com as informações recolhidas na consulta a doze livros do Notariado de São Mateus, nos quais identificamos a existência de um conjunto significativo de fontes, reveladoras de diversos aspectos das relações escravistas na região.

Após exame do leque disponível desses documentos, constatamos que:

1. Os fluxos mercantis, envolvendo negócios com escravos, somaram o total de 606 escravos comprados e vendidos, em 460 escrituras registradas entre 1863 e 1887;
2. Em meio aos proprietários de escravos <sup>4</sup>, sejam nas compras, vendas, hipotecas ou penhoras, apesar de verificar-se um grande número de nomes/sobrenomes envolvidos nestas, um pequeno grupo de indivíduos se apresenta com destaque, tanto no maior volume das quantias investidas, como também no número de escravos incluídos neste rol de transações mercantis.

No conjunto dessas fontes se destacam também as declarações e os registros de cartas de alforrias (objeto de análise em outra pesquisa) e o caráter extremamente mercantil que presidiu as relações escravistas na sociedade mateense, cujas evidências, *a priori*, são notadas no predomínio numérico das fontes cartorárias relativas aos registros das escrituras de compra e venda de escravos, além de hipotecas, permutas, declarações de dívidas e outros tipos de transações envolvendo o valor/preço destes.

Deter-nos-emos então na análise das escrituras de compra e venda de escravos, considerando que estas perfazem o maior número neste conjunto de fontes, possibilitando que se obtenha uma visão mais ampla das características que permearam as relações mercantil-escravistas na região de São Mateus no período enfocado.

#### *Padrões de compra e venda de escravos em São Mateus (1863-1887).*

Ressaltamos que nos doze livros pesquisados no Cartório do 1º Ofício *Arnaldo Bastos* em São Mateus (v. Tabela 1), localizamos um total de 460 escrituras de compra e venda, envolvendo um número aproximado de 606 escravos, negociados num intervalo de 25 anos, ou seja, entre 1863 e 1887 <sup>5</sup>, e em cujo período verifica-se uma

---

<sup>4</sup> Entre os compradores registram-se 192 e entre os vendedores 268 nomes de proprietários.

<sup>5</sup> Mesmo considerando que os registros cartorários apresentam mudanças em seu formato no decorrer dos tempos, ao atentarmos para uma caracterização do teor dessas fontes, observamos que as escrituras de compra e venda de escravos são documentos que nos fornecem um conjunto de dados/informações de natureza semelhante (que refletem o contexto sociocultural e também a situação sócio-econômica e política da época em que foram produzidos), dentre as quais se destacam os nomes dos respectivos compradores e vendedores, suas patentes/titulações e posições sociais naquela sociedade, os nomes das testemunhas, o nome do escravo (sua idade, origem/etnia, cor, estado conjugal e ocupação) e o valor que presidiu a compra/ venda do escravo naquela ocasião.

maior dinamização no contexto da economia regional, motivada não somente pela introdução da lavoura cafeeira, mas também pelo aumento da produção da farinha de mandioca (principal atividade geradora de riquezas em todo o período analisado), e cujos efeitos promovem uma intensificação no comércio de escravos naquela região.

No desenvolvimento da pesquisa nos documentos referentes à compra e/ou venda de escravos registrados nos Livros do Notariado de São Mateus, constatamos a existência de variados tipos e/ou formas de efetivação de tais atos comerciais, dentre os quais predominaram as escrituras de vendas ou compras *individuais* de escravos, sendo que também identificamos a ocorrência significativa de casos envolvendo compras ou vendas *coletivas*, ou seja, de vários escravos negociados em uma mesma escritura.

Ainda acerca da variação nos tipos de escrituras de compra ou venda de escravos, verificamos a ocorrência, em menor proporção, dos casos de compra e/ou venda da *metade do escravo*, além de outras situações mais atípicas, tais como a negociação de *três quintas partes*, da *quinta parte* e/ou da *décima parte* do valor de determinados escravos. Também foram identificados casos peculiares, como a venda “condicional” de um escravo, a venda de escravos que já se encontravam hipotecados com os respectivos compradores e uma escritura relativa à venda de escravos juntamente com bens imóveis.

Chama a atenção neste conjunto de fontes, a grande ocorrência de escrituras que tratam da venda de escravas acompanhadas dos seus respectivos filhos *ingênuos*, sendo menos recorrente, porém, os registros que se referem à venda de casais de escravos, cujas situações remetem ao estudo da família escrava e ao tipo de tratamento dado à escravidão por certos proprietários de escravos daquela localidade.

Conforme se avançou na pesquisa (e do ponto de vista cronológico-linear das fontes), foi possível acompanhar a trajetória de alguns escravos comercializados várias vezes no período, havendo situações em que estes eram comprados e, praticamente no mesmo dia, revendidos a preços mais altos, o que reforça o caráter mercantil imputado por determinados indivíduos daquela sociedade no trato com a escravidão.

Nesta perspectiva, detectamos a existência de várias firmas e/ou empresas envolvidas no comércio da compra e/ou venda de escravos, cujas denominações, em sua maioria, se referem a nomes e/ou sobrenomes de famílias que compunham a oligarquia agrária e mercantil de âmbito regional. Em certos casos, tais firmas atuavam neste ramo comercial também na Praça do Rio de Janeiro, para onde se direcionava o maior volume das exportações da farinha de mandioca de São Mateus.

É oportuno agora fornecer uma caracterização dos doze Livros do Notariado objeto desta pesquisa, com foco privilegiado no conjunto dos registros de compra e venda de escravos contidos nos mesmos (v. Tabela 1), haja vista que tais livros apresentam diferenças entre si no que tange aos períodos abarcados, ao quantitativo desse tipo de fonte neles registradas e também ao formato de transcrição das escrituras de compra e venda de escravos.

Acerca deste último aspecto mencionado, observamos que há um *divisor de águas* por volta de 1873, pois, a partir deste ano, a elaboração das escrituras de compra e/ou venda de escravos passou a destacar detalhadamente os dados e as informações referentes à matrícula do escravo e à sua averbação, constando também nestas as datas e os locais onde foram efetivadas. Acreditamos que tal situação decorre da obediência às mudanças na legislação referente à escravidão no período, sobretudo nos procedimentos necessários à transferência de escravos e arrecadação do imposto da meia sisa.<sup>6</sup>

Em suma, a escritura pública de compra e venda de escravos na segunda metade do século XIX representava a declaração pública de um negócio jurídico definitivo, irrevogável e quitado, elaborada no momento mesmo da comercialização do escravo enquanto propriedade de outrem. Tinha, portanto, validade como documento oficial, cuja finalidade era colocar o Estado a par do que estava sendo comercializado e assegurar os direitos do vendedor e do comprador, assim como o pagamento dos impostos respectivos. Tais relações econômico-sociais eram formalizadas na escritura, haja vista que sobre a compra do escravo incidia a *meia sisa* - imposto cobrado em negociações *inter vivos*, ou seja, imposto de transmissão pago pelo comprador quando o negócio realizado ultrapassava os duzentos mil réis.

Conforme podemos observar do exposto na Tabela que se segue (v. Tabela 1), o registro das escrituras públicas de compra e/ou venda de escravos em São Mateus, suscita determinadas questões e apresenta algumas configurações básicas, dentre estas: as lacunas existentes na seqüência dos números dos livros arrolados na coluna *n.º do livro* da tabela, pois não constam os livros de n.º. 3, 8, 9, 13 e 14, os quais foram dedicados especificamente ao lançamento de *procurações*; a diferença *para mais*

---

<sup>6</sup> O lançamento das escrituras públicas de compra e venda de escravos deveria estar de acordo com o Artigo 1º do Decreto n.º. 2.833, de 12 de outubro de 1861. Ainda sobre a legislação vigente à época, nota-se que as escrituras públicas deveriam ser lavradas nas cidades e vilas pelos tabeliães de notas e, nas freguesias ou capelas fora das cidades ou vilas, por um Juiz de Paz, conforme determinava a Lei de 30 de outubro de 1830, presente na Coleção das Leis do Império - Cf. NASCIMENTO, Jarbas V. & NARDOCCI, Izilda Maria. Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX. In: *Academos*, Revista Eletrônica da FIA, Vol. II N. 2 Jul - Dez/2006, p. 1-11.

# IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

existente entre o número de escravos comercializados (606) e o número total das escrituras arroladas (460) se explica pelo fato de que diversas escrituras tratam de compras ou vendas *duplas* (2 escravos) e/ou de compras ou vendas *coletivas* (vários escravos negociados na mesma escritura); a seqüência numérica crescente dos livros não obedece necessariamente à seqüência cronológica dos registros de compra e venda de escravos, haja vista que escrituras referentes a um mesmo ano são registradas concomitantemente em diferentes livros (v. Tabela 1).

Tabela 1: Dados gerais da compra e venda de escravos em doze Livros de Notas de São Mateus (1863-87)

Nº. LIVRO	PERÍODO ABARCADO	Nº. ESCRITURAS	%	Nº. ESCRAVOS	%
1	13/06/1863 a 23/01/1867	22	4,7	25	4,1
2	02/02/1867 a 04/01/1873	83	18,2	106	17,5
4	30/06/1870 a 01/02/1873	37	8,1	47	7,7
5	14/03/1873 a 26/10/1874	59	12,8	85	14,2
6	07/03/1873 a 05/11/1877	40	8,6	43	7,0
7	19/12/1874 a 13/06/1878	67	14,7	79	13,1
10	18/02/1878 a 30/08/1879	16	3,5	21	3,5
11	13/06/1878 a 01/10/1880	53	11,5	86	14,1
12	23/04/1880 a 22/03/1884	32	6,9	49	8,1
15	04/11/1880 a 29/03/1884	30	6,5	44	7,3
18	10/03/1884 a 24/05/1887	12	2,6	13	2,1
19	09/04/1884 a 12/04/1887	09	1,9	08	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>25 anos</b>	<b>460</b>	<b>100,0</b>	<b>606</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Cartório do 1º Ofício de São Mateus.

Na observação dos dados reunidos na Tabela 1 podem-se destacar as conjunturas de maior dinamização dos negócios envolvendo a compra/ venda de escravos em São Mateus, onde se nota que os picos mais significativos foram registrados nas décadas de 1860 e 1870 (que reúnem uma média de 80% do total dos escravos negociados), sobretudo nos anos de 1870 quando se verifica a maior quantidade dos negócios dessa natureza. Também sobressai nesta amostragem que tal dinâmica decai no decorrer dos anos de 1880, quando o percentual de vendas e compras de escravos apresenta quedas vertiginosas em relação às duas décadas precedentes, abarcando uma média de 20% do total dos escravos comercializados no período.

Tais tendências apontadas podem ser explicadas levando-se em conta a variação da conjuntura político-econômica que marcou o contexto da escravidão no país na segunda metade do Oitocentos, a exemplo da proibição do tráfico de escravos em 1850

e o crescimento da lavoura cafeeira demandando maior contingente de mão-de-obra escrava, além de se observar também as variações conjunturais da economia regional.

É interessante ressaltar que estas escrituras são documentos que fornecem os preços dos escravos de forma mais próxima dos valores de mercado, embora não abrangendo parcela tão representativa da população cativa, a exemplo das Listas de Classificação de Escravos para o Fundo de Emancipação, produzidas em meados da década de 1870, que contém também avaliações individuais dos escravos arrolados.<sup>7</sup>

### *Perfil dos compradores e dos vendedores de escravos.*

Para traçarmos o perfil dos compradores e dos vendedores de escravos em São Mateus na segunda metade do Oitocentos, é necessário fazermos antes uma breve retrospectiva dos principais proprietários rurais mateenses no período estudado, os quais estavam interligados por laços consangüíneos, formando uma espécie de oligarquia rural e mercantil de base familiar, representada pelo Barão de Aimorés. A expansão cafeeira na província capixaba, além de implicar na expansão da escravidão, acarretou a formação de poucos, mas autênticos grupos oligárquicos assentados na grande propriedade rural com base escravista.

Em meados do século XIX dá-se início à formação de uma importante oligarquia agrária e mercantil mateense, representada pelo major Cunha (mais conhecido na história de São Mateus como o *Barão de Aimorés*), a qual se assentava em bases nitidamente escravocratas. A introdução da cultura do café em São Mateus, associada à grande produção da farinha e ao comércio de escravos, ocasionou a efetivação dessa oligarquia, possuidora de patentes da Guarda Nacional, a qual exerceu forte influência na política local e também junto ao governo provincial.

Numa conjuntura favorável, um dos primeiros fazendeiros a fazer investimentos no café em terras mais a oeste do município de São Mateus, foi Antonio Rodrigues da Cunha, o major Cunha.<sup>8</sup> A partir de 1863 o Major inicia a colonização do interior da

---

<sup>7</sup> Cf. MOTTA, J. Flávio & MARCONDES Renato L. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, 2001; Lamentavelmente, as Listas de Classificação de Escravos da Província do Espírito Santo não foram localizadas até o momento, não se sabendo se encontram irremediavelmente perdidas ou destruídas.

<sup>8</sup> A família Cunha, além de proprietária de terras e de escravos, era proprietária também de meio de transporte para sua produção, como podemos verificar no Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Luís Antonio F. Pinheiro, de 22/09/1868, no *Mapa dos Navios pertencentes à Província do Espírito Santo* (Biblioteca Digital do APEES, publicação de 1869, p. 75). O Presidente Pinheiro lista doze embarcações no porto de São Mateus. Entre estas, duas são propriedade de Antonio Rodrigues da Cunha (uma sumaca de nome *Especuladora*, e um hiate, o *Santa Rosa*). Outra embarcação era de D. Leocádia da Cunha, filha do primeiro casamento do Barão (com Dona Tomásia).

região de São Mateus, implantando algumas fazendas a oeste, seguido por alguns irmãos, cunhados e outros parentes, os quais, também, intencionavam o cultivo do café. Entre a extensa parentela do Major, podemos citar algumas famílias, sendo as mais notórias, os Santos Neves, os Gomes Sodré, os Abel de Almeida, os Faria Lima, os Silves, entre outras, todas originárias da grande propriedade rural estruturada em bases escravistas.

O início da expansão do café em São Mateus, a partir de 1860, coincide com a data dos primeiros registros cartoriais relacionados a escravos (1863), tais como as alforrias e as escrituras de compra e venda de escravos. Nestes documentos, os vários nomes de proprietários de escravos, de compradores e vendedores, de alforriados e *alforriandos*, estão registrados repetidas vezes.

Tabela 2: Percentual de escravos comprados pelos 10 maiores compradores em São Mateus (1863-1887).

Comprador	Escravos comprados	Percentual
1- Antonio Rodrigues da Cunha	45	7,4
2 - Domingos Rocha da Silva Rios	29	4,8
3 - Mateus Gomes da Cunha	27	4,5
4 - Jacintho José Rodrigues	18	3,0
5 - Raulino Francisco de Oliveira	17	2,8
6 - José Joaquim de Almeida Fundão	15	2,5
7 - João dos Santos Neves	14	2,3
8 - João Gomes dos Santos	14	2,3
9 - Leonel Joaquim Fundão & Cia	14	2,3
10 - Manoel José Rodrigues Oliveira	14	2,3
Total de escravos comprados	207	34,2
Outros escravos negociados	399	65,8
Total geral	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Podemos observar na Tabela 2, que o nome de Antonio Rodrigues da Cunha consta como o maior comprador de escravos no período estudado (45 escravos comprados), e como um dos 10 maiores vendedores (8 escravos vendidos - v. Tabela 3). Seu irmão Mateus Gomes da Cunha vem em terceiro lugar entre os compradores, e a firma de seu sogro, Leonel Joaquim Fundão & Cia (pai de Ercília, sua terceira esposa), figura em nono lugar.

Em segundo lugar vem o nome de Domingos Rocha da Silva Rios, alferes e destacado proprietário de terras, entre os maiores compradores (29 escravos comprados), aparecendo também como um dos 10 maiores vendedores (12 escravos vendidos - v. Tabela 3). E, em terceiro lugar, como já nos referimos, figura o nome de Mateus Gomes da Cunha - irmão de Antonio Rodrigues da Cunha -, coronel da Guarda

Nacional e proprietário da Fazenda Boa Esperança, com 27 escravos comprados. Uma firma também aparece na lista dos maiores compradores, a Leonel Joaquim Fundão & Cia, com a compra de 14 escravos entre 1878 e 1884.

Igualmente uma firma (empresa) comercializadora de escravos aparece na lista dos 10 maiores vendedores de escravos: *Faria & Bastos*, do Rio de Janeiro, que em dois documentos (dois registros cartoriais) realiza a venda de 24 escravos, em 1873. Um registro especifica a venda de 10 escravos por 6:900\$000 rs. e o outro registro especifica 14 escravos com duas-metades já forras, por 8:350\$000 rs. As duas escrituras de venda dos 24 escravos, pela firma *Faria & Bastos*, tiveram por comprador Antonio Rodrigues da Cunha. Todos os escravos negociados estavam matriculados na *Colectoria Geral* do município, incluindo várias crianças, sendo que o escravo mais velho estava com apenas 41 anos de idade.

Tabela 3: Percentual de escravos vendidos pelos 10 maiores vendedores em São Mateus (1863-1887).

Vendedor	Escravos vendidos	Percentual
1 - Andrelino Leite de Barcellos	26	4,3
2 - Faria & Bastos	24	4,0
3 - Ana Luíza Gomes H. Paiva	22	3,6
4 - Francisco Vicente Dutra	14	2,3
5 - Domingos Rocha da Silva Rios	12	2,0
6 - Lourenço Bernardo Vieira	11	1,8
7 - Francisca Romana Lopes/outros	11	1,8
8 - Leopoldo Smith de Vasconcellos		1,8
9 - Raulino Francisco de Oliveira	9	1,5
10 - Antonio Rodrigues da Cunha	8	1,3
Total de escravos vendidos	148	24,4
Outros escravos negociados	458	75,6
<b>Total geral</b>	<b>606</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os vendedores escravocratas figura em primeiro lugar o nome do alferes Andrelino Leite de Barcellos, que, embora não tenhamos encontrado referências dele com a parentela do Barão, é possível que seja filho ou neto de Antonio Leite Barcellos, um dos nomes presentes na ata de fundação da Vila em 1764, provavelmente grande proprietário de terras. Os nomes de duas mulheres aparecem na lista dos vendedores, Ana Luíza Gomes H. Paiva (esposa do doutor Honório Gomes de Paiva Coutinho) e Francisca Romana Lopes (cujas vendas são feitas em sociedade com outros), ambas da elite local. Ana Luíza aparece na lista dos 10 principais compradores com 5 escravos comprados em 1882.

Os 10 maiores compradores equivalem a 5,2% do total de compradores e compraram 34,2% dos escravos comercializados. Os 10 maiores vendedores equivalem a 3,7% do total de vendedores e venderam 24,4% dos escravos vendidos.

As Tabelas 2 e 3 confirmam a alta concentração de cativos nas mãos de um grupo restrito de proprietários, mas, indicam também que a propriedade escrava em São Mateus estava distribuída em amplos setores da sociedade local, não importando a extensão das posses, visto que o restante dos escravos foram negociados por 182 compradores (num total de 192) e por 258 vendedores (num total de 268). (v. Tab. 6/7).

Para traçarmos um perfil mais detalhado dos compradores/vendedores de escravos, outra variável importante deve ser avaliada: a *patente* dos negociadores. Observando as Tabela 4 e 5, vemos que é nítida a presença dos elementos da Guarda Nacional com patentes mais elevadas. Entre os compradores destacam-se 8 capitães, 6 tenentes, 1 coronel, 1 major e 1 alferes, Entre os vendedores destacam-se 4 capitães, 4 tenentes, 1 coronel, 1 major e um 1 alferes.

Tabela 4: Patente dos compradores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Patente	Frequência	Percentual
Capitão	8	4,2
Empresário/ Negociante	7	3,6
Tenente	6	3,1
Doutor	4	2,1
Alferes	1	0,5
Padre/Vigário/ Reverendo	1	0,5
Coronel	1	0,5
Preto forro	1	0,5
Major	1	0,5
Nada consta	162	84,4
Total	192	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Sabemos que a única patente de *major* (figurada nas Tabelas 4 e 5) corresponde a Antonio Rodrigues da Cunha (Barão de Aimorés); a única de *coronel* entre os compradores é a de Matheus Gomes da Cunha (irmão de Aimorés), e a única entre os vendedores é de Matheus Antonio dos Santos (da Vila da Barra), assim como o *padre/vigário* é o mesmo para os dois tipos de negócios, o reverendo José Pereira Duarte Carneiro. O único *alferes* entre os compradores trata-se de Andreilino Leite Barcellos (já citado) e o único entre os vendedores é a de Miguel Teixeira Sarmento.

# IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

Em segundo lugar vem a patente/ocupação de *empresário/negociante* (8 para os vendedores e 7 para os compradores), incluídas também nesse rol as firmas comercializadoras, seguida, em terceiro lugar pela de *doutor* (4 compradores e 5 vendedores). O destaque para o único *desembargador* entre os vendedores coube a Júlio César Bittencourt.

Tabela 5: Patente dos vendedores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Patente	Frequência	Percentual
Empresário/Negociante	8	3,0
Doutor	5	1,9
Tenente	4	1,5
Capitão	4	1,5
Alferes	1	0,4
Padre/Vigário/ Reverendo	1	0,4
Coronel	1	0,4
Falecido	1	0,4
Major	1	0,4
Desembargador	1	0,4
Nada consta	241	89,9
Total	268	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os *capitães* mencionados nas compras/vendas de escravos temos o nome de Luís José dos Santos Guimarães, proprietário da firma Luís José dos Santos Guimarães & Cia, ao qual retornaremos mais adiante quando tratarmos do mercado de escravos e das firmas comercializadoras de escravos em São Mateus.

Tabela 6: Percentual do número de compradores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Nº. de escravos negociados	Nº. de compradores	% de compradores	Total de escravos negociados	% de escravos negociados
1	95	49,5	95	15,6
2	34	17,7	68	11,2
3	20	10,4	60	9,9
4	10	5,2	40	6,6
5	11	5,7	55	9,1
6	8	4,2	48	7,9
7	1	0,5	7	1,2
8	2	1,0	16	2,6
10	1	0,5	10	1,7
14	4	2,1	56	9,2
15	1	0,5	15	2,5
17	1	0,5	17	2,8
18	1	0,5	18	3,0
27	1	0,5	27	4,5
29	1	0,5	29	4,8
45	1	0,5	45	7,4
Total	192	100,0	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Em relação à Tabela 6 podemos observar que o maior número de compradores (95), praticamente a metade dos 192, compraram apenas 1 escravo, correspondendo a um percentual de 49,5%, ao passo que 1 comprador apenas chega a comprar 45 escravos (Antonio Rodrigues da Cunha), seguido por outro que compra 29 escravos (Domingos da Silva Rios) e por um terceiro que compra 27 escravos (Matheus Gomes da Cunha). (v. também Tabela 2)

Entre os vendedores de escravos (v. Tabela 7), 168 venderam apenas 1 escravo, correspondendo a um percentual de 62,7%, ao passo que 1 vendedor apenas (Andreilino Leite Barcellos) chegou a vender 26 escravos, seguido por outro que vende 24 (a firma Faria & Bastos) e por um terceiro que vende 22 (Ana Luíza Gomes H. Paiva). (v. também Tabela 3)

Enfim, podemos concluir que num conjunto de 2.813 escravos existentes em São Mateus, por exemplo, em 1872, boa parte (606 escravos que corresponde a 21,5%) aparece envolvida nas transações de compra e venda, ou seja, devem ter sido jogados nesse mercado ao serem transferidos de proprietários.

Tabela 7: Percentual do número de vendedores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Nº. de escravos negociados	Nº. de vendedores	% de vendedores	Total de escravos negociados	% de escravos negociados
1	168	62,7	168	27,7
2	39	14,6	78	12,8
3	20	7,4	60	10,0
4	15	5,5	60	10,0
5	8	3,0	40	6,6
6	5	1,8	30	4,9
7	3	1,1	21	3,4
8	1	0,4	8	1,3
9	1	0,4	9	1,5
11	3	1,1	33	5,4
12	1	0,4	12	2,0
14	1	0,4	14	2,3
23	1	0,4	23	3,8
24	1	0,4	24	4,0
26	1	0,4	26	4,3
Total	268	100,0	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

### *Idade e sexo dos escravos negociados em São Mateus.*

Como podemos verificar na Tabela 8, os homens constituem o maior número (326) de escravos comprados/vendidos em São Mateus entre 1863 e 1887, atingindo um percentual de 53,8% do total, ao passo que as mulheres (269) representam 44,4%. Para 11 escravos não foi possível identificar o sexo, pois se tratam de 2 escrituras, em que uma se refere a uma venda coletiva de escravos, não especificando o nome do

escravo, e outra que, embora seja venda individual não foi possível identificar o nome do escravo no documento. Sem os nomes não foi possível identificar o sexo. Estas escrituras deram prioridade à importância pago-recebida pela negociação e o número de escravos envolvidos, não se preocupando com outras referências, tais como nome e idade do cativo.

Tabela 8: Sexo dos escravos comprados/vendidos em São Mateus (1863-1887).

	Frequência	Percentual
Homens	326	53,8
Mulheres	269	44,4
Não se sabe	11	1,8
Total	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Desses 606 escravos comprados e vendidos, em 388 não consta a *idade*, ou seja, em 64% das negociações não houve referências a essa variável. (v. Tabela 9)

Tabela 9: Idade dos escravos comprados/vendidos em São Mateus (1863-1887).

Idade do escravo	Sexo do escravo			Total	%
	Não se sabe	Homens	Mulheres		
0 - 14	-	25	22	47	7,7
15 - 19	-	15	15	30	4,9
20 - 24	-	17	20	37	6,1
25 - 29	-	22	14	36	5,9
30 - 34	-	9	11	20	3,3
35 - 39	-	3	7	10	1,7
40 - 44	-	12	9	21	3,5
45 - 49	-	4	2	6	1,0
50 - 54	-	4	3	7	1,2
55 - 59	-	-	-	-	-
60 - 64	-	2	1	3	0,5
65 - 70	-	1	-	1	0,2
Total	-	114	104	218	36,0
Não consta	11	-	-	388	64,0
Total geral	11	326	269	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Apenas 36% destas negociações contêm a variável *idade*, reduzindo expressivamente a quantificação da amostragem, para apenas 218 escravos. Entre estes, a faixa etária predominante (excetuando as crianças de 0 a 14 anos) foi a de 20 e 24 anos, com um total de 37 escravos, seguido pela de 25-29 anos com 36 escravos. Após os 30 anos o número de escravos decresce, sendo que na faixa dos 40- 44 há um pequeno acréscimo percentual. Não deixa de ser curioso o fato de apenas 1 escravo possuir a idade de 70 anos, e apenas 3 a de 60 anos, tornando evidente a baixa

expectativa de vida. Se considerarmos crianças os escravos de até 14 anos (sabemos que na realidade essa idade era menos) temos 47 registros destes (7,8%), o que pode ser considerado um número razoável de crianças entre os comprados/vendidos. (v. Tab. 9)

Das 47 crianças arroladas, 22 são do sexo feminino e 25 do masculino, denotando um percentual quase equilibrado entre os dois sexos e confirmando uma tendência geral da província, pois no Espírito Santo havia certo equilíbrio na proporção entre os sexos dos escravos. Esta situação é atribuída à especificidade adquirida pelo surto cafeeiro na província, que devido ao fato de ser introduzido tardiamente, parece ter se adaptado às dificuldades decorrentes do fim do tráfico de africanos, sendo que esta proporção parece resultar dos percentuais equilibrados de nascimentos.

Entre os 218 escravos comprados/vendidos, 154 - que equivalem a 70% - estão inseridos na faixa etária mais produtiva, ou seja, entre 15 a 44 anos. (v. Tabela 9) Apenas 17 estão acima dos 45 anos, ao passo que 47 são abaixo de 15 anos.

Entre os 218 escravos comprados/vendidos que consta a idade (113 homens e 105 mulheres), temos a predominância da idade de 25 anos (27 escravos) sendo entre estes, 17 homens e 10 mulheres; com a idade de 30 anos o número de mulheres se mantém (10 escravos), ao passo que o número de homens cai acentuadamente (de 17 para 7). Isto poderia ser explicado pela desvantagem da predominância de homens nos trabalhos da lavoura, mas por se tratar de uma faixa etária ainda jovem não podemos afirmar com mais precisão. Embora o número de homens decresça, porém se observarmos a idade de 40 anos, um relativo equilíbrio entre os sexos é alcançado (7 homens e 9 mulheres), praticamente igual ao mesmo número de homens (7) e de mulheres (10) da idade de 30 anos.<sup>9</sup>

#### *Preços dos escravos negociados em São Mateus.*

Os preços dos cativos variavam em função de fatores diversos tais como o sexo, a idade, o ofício, a condição física, dentre outros, além de estarem sujeitos às variações de

---

<sup>9</sup> Pesquisando nos inventários a idade da população escrava jovem da província, considerando que esta estava incluída na faixa etária dos 16 e 40 anos, Vilma Almada constatou que no decorrer da segunda metade do século XIX, nas unidades produtivas de Cachoeiro do Itapemirim, ela variou muito decaindo na década de 1880, enquanto em Vitória, embora também variasse, ela recrudesce. Nas escrituras de compra/venda de escravos em São Mateus evidenciamos a mesma tendência em relação às variações de idades na faixa etária produtiva, embora tenhamos considerado esta entre 15 e 44 anos (um pouco mais ampla do que a de Almada) isto pouco altera as análises, e embora não tenhamos arrolados os dados segundo as variáveis *década* e *idade* - Cf. ALMADA, Vilma F. de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. RJ: Graal, 1984.

conjunturas específicas ou das particularidades dos lugares de aquisição. A exemplo de Minas e, de modo mais geral no Brasil, o aumento dos preços dos escravos no começo da década de 1850, pode ter sido uma primeira consequência ao súbito encerramento do comércio escravagista.

Segundo Bergard, as tendências paralelas de aumento destes preços encontradas em outros cantos das Américas mostram que havia razões mais que fundamentais de longo prazo para tais aumentos. Estas razões giravam em torno das complexas variáveis econômicas que funcionavam nos países escravistas e pelo mundo afora. Contudo, é provável que os preços tenham subido naquela década [1850] por causa da demanda européia dos produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e lucratividade da mão-de-obra escrava. Se os valores dos escravos subiram demais, pode-se pressupor que a elevação da demanda causou a elevação dos preços, e isto, por sua vez refletia a maior lucratividade de suas atividades econômicas.<sup>10</sup>

Embora essa explicação seja adequada também para o caso do Brasil, sabemos que a razão principal para o aumento dos preços dos escravos aqui girava mais em torno do corte da entrada dos cativos associada à demanda da mão-de-obra para o café. No Brasil, a questão do preço do escravo, que aumentou gradativamente após 1850, tornou-se nitidamente tensa após a criação do Fundo de Emancipação em 1871 (e de sua regulamentação a partir de 1872). Nesse momento verifica-se uma tendência de supervalorização no preço dos cativos arrolados.<sup>11</sup>

Tabela 10: Número de escravos comprados/vendidos por sexo e por décadas em São Mateus (1863-1887).

Década	Sexo do escravo						Total	%
	Homens	%	Mulheres	%	Não se sabe	%		
1860 - 69	52	8,6	52	8,6	-	-	104	17,2
1870 - 79	200	33,0	170	28,0	1	0,2	370	61,0
1880 - 87	74	12,2	47	7,8	10	2,0	132	21,8
Total	326	53,8	269	44,4	11	2,2	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

<sup>10</sup> BERGARD, Lair W. *Escravidão e História Econômica* - demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p. 252. Para esse autor, o preço do trabalho escravo subiu na década de 1850 devido a fatores econômicos mais essenciais, como o aumento das demandas da produtividade e das mercadorias e não devido à rápida crise causada pelo fim do tráfico. Assim, entre essas mudanças estavam os aumentos dos preços internacionais para produtos básicos como o algodão, o açúcar e o café.

<sup>11</sup> Cf. MOTTA, J. Flávio & MARCONDES Renato L. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, 2001. Estes autores apontam a importância do conjunto das fontes constituídas de escrituras de compra e venda de escravos para o estudo e análise do valor de mercado do escravo. Contudo, ressaltam que nas Listas de Classificação para Emancipação dos Escravos (do Fundo de Emancipação acima referido), verifica-se uma tendência de supervalorização no preço dos cativos arrolados (a exemplo das localidades de Lorena e Cruzeiro na Província de São Paulo, onde pesquisaram), considerando o pressuposto de que as Juntas de Classificação eram compostas por alguns dos beneficiários de indenizações provenientes deste Fundo.

O caso de São Mateus não foge à tendência geral do país, alcançando esta supervalorização de preços também na década de 1870 e o maior volume de compra/venda de escravos (61,0%). Os homens são os mais comprados/vendidos nas décadas de 1870 e 1880 em São Mateus, sendo que na década de 1860, eventualmente as mulheres possuem a mesma correspondência numérica (v. Tabela 11). Embora os homens tenham alcançado o maior valor nas décadas de 1870 e 1880 entre as médias de preços dos escravos comprados/vendidos, a valorização das mulheres, que foi maior na década de 1860, praticamente equiparou-se a estes ao final das três últimas décadas de escravidão.

Tabela 11: Média de preços de escravos comprados/vendidos por décadas em São Mateus (1863-1887).

Década	Nº. de Escravos	Homens (em réis)	Preço Médio	Mulheres	Preço Médio	Não se sabe	Preço Médio
1860	104	52	619 000	52	830 619	-	-
1870	370	200	905 282	170	851 835	1	80 000
1880	132	74	965 470	47	741 481	10	1.090 909
Total	606	326	829 917	269	807 978	11	585 454

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os valores médios alcançados nas compras/vendas de escravos por ano em São Mateus entre 1863 e 1887, os homens também alcançaram o maior valor no último ano integral da escravidão, em 1887 (1:275\$000 rs. - v. Tabela 12), ao passo que o valor médio das mulheres no mesmo ano é reduzido a menos da metade do valor destes (600\$000 rs.). Esta valorização é praticamente a do último ano de escravatura, sendo que para os homens foi muito elevada (haja vista a proximidade com a data de assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, momento em que todos os escravos perdem definitivamente todo o seu valor econômico, implicando um prejuízo para os proprietários enquanto capital investido).

Os homens são os mais comprados/vendidos, 326 escravos, enquanto as mulheres somam-se 269 ao longo do último quartel da escravidão em São Mateus. Em duas negociações envolvendo 11 escravos não se sabe o sexo destes (uma negociação em que foram comprados/vendidos 10 escravos coletivamente - em 1881 - não constando o nome de cada cativo, e em outra em que foi negociado apenas um, em 1871, constando apenas valores, nome do vendedor e do comprador dentre outras informações).

De acordo com a Tabela 12 a subida dos preços dos escravos em São Mateus se deu a partir de 1868, quando alcançou a cifra de 1:028\$500 rs. para os homens e de

# IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

1.018\$750 rs. para as mulheres, um aumento considerável visto que no ano anterior (1867), a média era de 375\$000 rs. para os homens e de 637\$916 rs.

Tabela 12: Média de preços de escravos comprados/vendidos por ano em São Mateus (1863-1887).

Ano	Nº. de Escravos	Homens	Preço Médio (em réis)	Mulheres	Preço Médio	Não se sabe	Preço Médio
1863	5	2	400 000	3	1.166 000	-	-
1864	11	6	730 000	5	748 000	-	-
1865	3	2	290 000	1	300 000	-	-
1866	8	1	400 000	7	676 571	-	-
1867	44	20	375 000	24	637 916	-	-
1868	22	14	1.028 500	8	1.018 750	-	-
1869	11	7	1.110 000	4	1.237 500	-	-
1870	24	20	807 000	4	942 500	-	-
1871	18	11	958 181	7	1.007 142	1	80 000
1872	32	17	1.122 941	14	655 714	-	-
1873	76	32	738 709	44	646 363	-	-
1874	25	15	770000	10	773 000	-	-
1875	17	9	1.006 666	8	787 000	-	-
1876	39	20	421 642	19	697 368	-	-
1877	44	28	1.184 571	16	1.155 312	-	-
1878	27	13	919 615	14	847 500	-	-
1879	69	35	1.123 390	34	1.006156	-	-
1880	23	16	1.036 666	7	871 428	-	-
1881	30	13	1.030 531	7	914 285	10	1.090 909
1882	22	14	910 714	8	1.006 250	-	-
1883	21	12	975 379	9	710 606	-	-
1884	18	11	750 000	7	629 285	-	-
1885	7	4	775 000	3	825 000	-	-
1886	2	-	-	2	375000	-	-
1887	5	2	1.275 000	3	600 000	-	-
Total	606	326	-	269	-	11	-

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Em 1872, provavelmente com os efeitos da Lei do Ventre Livre em 1871, há um novo aumento dos preços para os cativos do sexo masculino e queda acentuada destes para cativos do sexo feminino em São Mateus.

A partir de então, por toda a década de 1870 e boa parte da de 1880, há uma estabilização da alta de preços, sendo que as maiores se deram em 1872, 1875, 1877, 1879, 1880, 1881 e 1882, tanto para homens quanto para mulheres. A partir de 1883, nos últimos cinco anos de escravidão, com a pressão do movimento abolicionista houve uma tendência à queda de preços dos escravos (v. Tabela 12)

No entanto, o fator preponderante na determinação do preço do escravo era a própria conjuntura econômica. No decorrer da segunda metade do século XIX, como qualquer outra mercadoria, o valor dos preços dos escravos sofreu grandes modificações, regulando-se pela lei da oferta e da procura. A crescente demanda de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras da província capixaba vai coincidir com o fim do

tráfico de africanos, ocasionando uma alta dos preços. Estes dobraram na segunda metade da década de 1850 e triplicaram na década de 1860.<sup>12</sup> Entre 1877 e 1881 os preços atingem a maior alta, e mesmo decrescendo pouco ao longo da década de 1880, chega às vésperas da Abolição ainda com um valor considerável.<sup>13</sup>

### *Firmas comercializadoras de escravos.*

Entre os compradores/vendedores de escravos não constam apenas indivíduos particulares, mas também empresas especializadas na compra/venda de escravos. A partir de 1863, têm-se o registro de 15 destas firmas atuando no mercado de São Mateus. São elas: 1 - Alves, Ferreira & Cia; 2 - Faria & Bastos; 3 - Fonseca, Rios & Cia; 4 - Fundão & Irmãos; 5 - Faria, Cunha & Cia; 6 - Fundão Júnior & Cia; 7 - Guimarães, Gaiato & Cia; 8 - José Joaquim Almeida Fundão & Cia; 9 - Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia; 10 - Luis José dos Santos Guimarães & Cia; 11 - Morgado, Rios, Guimarães & Cia; 12 - Rios & Cia; 13 - Veiga & Cia; 14 - Simões, Faria & Cia; e 15 - Joaquim Lopes & Irmão.

Entre estas, ao que nos foi possível averiguar, a *Faria, Cunha & Cia* é uma das primeiras firmas comercializadoras de produtos agrícolas e escravos da região, que, embora sediada no Rio de Janeiro, tinha como espaço de atuação o porto de São Mateus. Esta firma era composta pelos sócios Manoel José de Faria e Reginaldo Gomes da Cunha, respectivamente, irmão e cunhado de Antonio Rodrigues da Cunha/ Barão de Aimorés.<sup>14</sup> Desde fins da década de 1840, segundo relatos, toda a produção de farinha de mandioca da Fazenda São Domingos (situada à margem do rio São Domingos, afluente do São Mateus) de propriedade do comendador Antonio Rodrigues da Cunha e de dona Rita Cunha, pais de Aimorés, seria exportada em barcos à vela, de propriedade da fazenda para a firma *Faria, Cunha & Cia*, estabelecida no Rio de Janeiro.

Numericamente as firmas compradoras (v. Tabela 13) são poucas (7 ao todo) em relação ao número de indivíduos compradores de escravos (167 homens e 18 mulheres), correspondendo apenas a 3,5% do total de compradores. Entre as 15 firmas registradas nas escrituras de compra/venda de escravos, 7 aparecem como compradoras e 8 como vendedoras. Apenas 3 firmas, a *Faria & Bastos*, a *Faria, Cunha & Cia* e a *Fundão*,

---

<sup>12</sup> ALMADA, 1984, p. 129.

<sup>13</sup> Almada observa que “no Espírito Santo o preço médio de um escravo de 15 a 29 anos passa de 1.167 mil réis em 1881, para 809 mil réis em 1887, demonstrando valer, ainda na última data, 69,3% do valor alcançado em 1881”. *Op. cit.*, p.130.

<sup>14</sup> JORNAL DE SÃO MATEUS, n.º. 465, de 20/09/2001.

*Júnior & Cia*, figuraram entre os compradores e os vendedores, ou seja, realizaram negociações de compras/vendas de escravos. Não há registro de compra/venda de escravos de uma firma para outra.

Tabela 13: Sexo do comprador e firmas compradoras de escravos em São Mateus (1863-1887).

Sexo do comprador/ firmas compradoras	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Homens	167	87,0	87,0
Mulheres	18	9,5	96,4
Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia	1	0,5	96,9
Faria & Bastos	1	0,5	97,4
Fonseca, Rios & Cia	1	0,5	97,9
Faria, Cunha & Cia	1	0,5	98,4
Fundão, Júnior & Cia	1	0,5	99,0
Guimarães, Gaiato & Cia	1	0,5	99,5
José Joaquim de Almeida Fundão & Cia	1	0,5	100,0
Total	192	100,0	-

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os vendedores de escravos, somam-se 204 homens (76,1%) 42 mulheres (15,7%), 14 sócios (5,2%) e 8 firmas, as quais correspondem a apenas 3,2% do total de vendedores. Em relação ao número de escravos comprados pelas firmas, a maior compra é a de 14 escravos realizada pela firma *Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia*. A firma *Guimarães, Gaiato & Cia* compra 3 escravos e a *Fonseca, Rios & Cia* compra 2 escravos. As outras 4 firmas compradoras de escravos só compraram 1 escravo por vez em suas negociações.

#### *Atividades mercantis com escravos.*

Nos estudos que analisam o tema em foco, percebe-se que desde o período colonial foi prática usual na sociedade brasileira o empenho dos escravos para contrair ou saldar dívidas, cujas evidências são apontadas principalmente nas pesquisas realizadas em inventários e na documentação cartorial, onde geralmente são encontradas referências à penhora e hipoteca de escravos como garantia ao pagamento das dívidas. Ou seja, em contextos em que a terra era barata, o escravo surgia como o bem mais

valioso no qual investir, pois, dentre outros fatores, constituía-se na principal via de acesso ao crédito: “o escravo se metamorfoseava em crédito”.<sup>15</sup>

E, não somente os mais pobres penhoravam seus escravos para contrair empréstimos, já que praticamente todas as faixas de fortunas valeram-se da penhora de escravos como garantia da solvência de suas dívidas. Conforme destacado por Mathias no estudo referente a Minas Gerais no Setecentos<sup>16</sup>, no total dos bens penhorados nos inventários *post-mortem* por ele pesquisados, 62,1% correspondiam aos escravos, ressaltando ainda que a participação dos escravos no valor total dos penhores era ainda mais significativa haja vista que dos 10:300\$000 rs. reunidos em penhor, os escravos corresponderam por 77,97% dessa quantia. Neste sentido, o autor constata que o escravo era o principal bem a garantir a solvência dos empréstimos contraídos pela sociedade mineira no período colonial, viabilizando aos negociantes diretamente envolvidos com as atividades do tráfico (interno e externo) condições privilegiadas de acumulação no bojo desses circuitos mercantis à época.

Tais situações, com as devidas adaptações ao contexto histórico, permaneceram recorrentes também no transcurso do Oitocentos, haja vista que vários estudos sobre riqueza e renda no Brasil da segunda metade do século XIX demonstraram que os escravos representavam uma parcela significativa da fortuna pessoal, sendo que, embora com algumas variações conforme o tempo e o lugar, em geral estes compunham cerca de 30% do patrimônio das pessoas abastadas. Não desconsiderando que a parcela da riqueza aplicada em escravos tinha um nível e liquidez muito maiores que outras formas de alocação da riqueza, como terras e equipamentos. Além do que, “parte das transações com escravos realizava-se por intermédio de crédito, possibilitado pela alta liquidez representada pelos cativos, especialmente em comparação com outros ativos não financeiros, e pela relativa estabilidade dos preços dos escravos”.<sup>17</sup>

Nota-se, portanto, que os negócios mercantis e creditícios envolvendo os escravos como garantia tornaram-se freqüentes no transcurso do século XIX, não somente pelo aumento do contingente de escravos e da elevação do preço dos mesmos, mas também pela expansão do quantitativo dos proprietários de escravos nas diversas

---

<sup>15</sup> Cf. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O movimento do crédito: o papel dos escravos nas relações de crédito, Rio de Janeiro e Minas Gerais (c. 1711 – c. 1756). In: *Revista de História Regional* 13(2): 46-69, Inverno, 2008 – Disponível em [www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2270/1757](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2270/1757), acesso em 30/07/2011.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>17</sup> Cf. LUNA, F. V. & KLEIN, H. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010, p. 143

regiões do Império, sobretudo nas áreas onde se registrou uma maior dinamização das atividades econômicas geradoras de rendas no contexto do país no referido período.

Nesta perspectiva, constatamos que tais práticas também foram usuais em São Mateus à época, haja vista que no conjunto da documentação cartorária investigada, encontramos um significativo número de escrituras referentes aos negócios dessa natureza (v. Tabela 14) e sobre os quais nos debruçaremos na seqüência deste tópico.

Tabela 14: Documentos avulsos/ negócios com escravos em São Mateus (1863-1887).

Tipo de documento/escritura	Nº incidência
Escritura de Dívida e Hipoteca	30
Permuta de escravos (as) / Troca de escravos	07
Contrato /Escritura de Contrato / Contrato de Sociedade Agrícola (e/ou de lavoura)	06
Escritura de doação causa-mortes (ou <i>causa-mortis</i> )	05
Escritura de penhor / Empréstimo e/ou Dívida sob Penhora.	13
Escritura de <i>dação in solutum</i> (para pagamento de débito)	05
Doação	02
Total de documentos	68

Fonte: Diversos Livros de Notas do Cartório do 1º Ofício *Arnaldo Bastos* - São Mateus, 1863-1887.

Conforme observamos nos *tipos* e *quantidades* da documentação acima discriminada, nota-se que num leque de 68 escrituras reunidas na Tabela 14, determinados documentos apresentam maiores incidências, dentre estes: *Escritura de dívida e hipoteca* (30 documentos); *Escritura de penhor / Empréstimo e/ou Dívida sob Penhora* (13 documentos); *Permuta e/ou Troca de escravos* (7 documentos); *Contratos* (6 documentos); *Escritura de doação causa-mortis* (5 documentos); *Escritura de dação insolutum* (5 documentos); e *Doação* (2 documentos). Esse conjunto de escrituras representa cerca de 90% do total dos 75 documentos referentes aos diversos tipos de negócios mercantis envolvendo escravos em São Mateus.

Ressaltamos ainda que um grupo de 7 escrituras não foram incluídas na Tabela 15, já que as mesmas apresentaram apenas uma incidência no conjunto, quais sejam: *Distrato* (destrato) *de compra* (de escravo); *Recibo*; *Escritura de transferência de serviços*; *Escritura de locação de serviços*; *Escritura de transmissão mútua de bens imóveis e semoventes*; *Escritura de substituição de doação*; e, *Aditamento à escritura*.

Nestas outras fontes ‘avulsas’ encontradas (sete casos), as quais apresentaram apenas uma amostragem cada, foi necessário o exame individual das mesmas, com vistas a destacar os principais itens encontrados em seu conteúdo.

Constatamos, portanto, que nesta pequena amostragem de escrituras ‘avulsas’, fica ainda mais evidente que os cativos de São Mateus foram objeto das mais variadas

formas de relações mercantis-escravistas mantidas e conduzidas pelos principais representantes da oligarquia regional no decorrer da segunda metade do século XIX.

*Hipotecas, penhoras, aluguel, empréstimos, doações e permutas.*

É oportuno procedermos a uma caracterização dessas fontes, sobretudo aquelas que apresentam as maiores incidências no conjunto, ou seja, as hipotecas e penhoras de escravos. Tal procedimento torna-se necessário, pois, muitas vezes, no senso comum, *hipotecas* e *penhoras* são concebidas equivocadamente como similares, sendo que estas contêm diferenças pontuais, conforme se observa em seus significados.<sup>18</sup> Sendo assim, nota-se *a priori*, que há uma nítida distinção entre *hipoteca* e *penhora* no que tange ao tipo de bem a ser enquadrado como garantia em cada um desses instrumentos creditícios, ou seja, enquanto a hipoteca comporta bens *imóveis* como garantia das dívidas, a penhora só comporta bens *móveis* ou *mobilizáveis* enquanto tal, cujo aspecto, por si só já lhes confere uma diferença considerável, a qual se reveste de novos atributos ao atentarmos para a sua significação no contexto do século XIX, onde a emissão dessas escrituras foi regida por legislação específica. No texto dessa legislação subentende-se que a hipoteca de escravos somente poderia ocorrer conjuntamente com a propriedade, já que a mesma lei estabelecia que, no caso de escravos, quando considerados destacadamente, haveria a figura do penhor de escravos, conforme consta no art. 6.º, § 6.º da referida lei: “O penhor de escravos pertencentes às propriedades agrícolas, celebrado com a cláusula *constituti*, também não poderá valer contra os credores hypothecarios, se o título respectivo não for transcrito antes da hypotheca”.<sup>19</sup>

O penhor mercantil de escravos era vedado pelo Código Comercial de 1850 (Lei 556, de 25 de junho de 1850, art.273), sendo, porém, previsto indistintamente pelo regulamento hipotecário (Decreto 3453 de 26 de abril de 1865), no qual foi criado a figura do *Livro 6*, destinado à transcrição do penhor de escravos.<sup>20</sup>

Segundo Marcondes, o crédito assumiu papel fundamental no desenvolvimento da economia cafeeira no vale do Paraíba paulista, já que, a partir do Código Comercial

---

<sup>18</sup> Cf. Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 11ª edição, GAMMA/Editora Civilização Brasileira S.A., RJ, s/d.

<sup>19</sup> Fragmentos da referida lei, disponível em <http://cartorios.org/2010/01/11/soriano-neto-machado-ruy-e-a-queima-de-arquivos/>, acesso em 31/07/2011.

<sup>20</sup> Este mesmo decreto igualmente considerou os escravos como bens acessórios da propriedade. Cf. MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª – jurídica. Direitos sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p.70, § 49.

de 1850 e da legislação hipotecária de 1864/65, a possibilidade de financiamento por meio de hipotecas e de instituições bancárias cresceu expressivamente na região, onde anteriormente o crédito concentrava-se nas mãos de “capitalistas e comissários locais dos grandes centros comerciais, especialmente os da praça do Rio de Janeiro”.<sup>21</sup>

Chama atenção no caso de São Mateus, a grande incidência de *hipotecas* envolvendo escravos (30 documentos), cujos dados e as constatações deles emanadas contribuem para corroborar uma das questões centrais que nos preocupou nesta investigação, qual seja: demonstrar a existência de uma forte *oligarquia agrário-mercantil e escravista* em São Mateus à época, cujo domínio não se restringia apenas à produção agrícola (farinha e café), mas que ampliava o seu raio de ação na rede de relações envolvendo a circulação e comercialização desta produção, além de controlar os negócios relativos ao comércio de escravos no âmbito regional.

Nesta situação, torna-se evidente que o acesso ao crédito e às transações monetárias no interior da sociedade mateense, estiveram condicionados à disponibilidade de capitais desta oligarquia para investimentos nas diversas conjunturas que marcaram os contextos econômicos nacional/regional no período em foco.

Em outras palavras, as negociações muito recorrentes de empréstimo sob penhora e hipoteca de escravos neste leque documental, evidencia, desde já, que uma boa parcela deste referido capital concentrava-se nas mãos de um seletivo grupo de indivíduos da sociedade mateense que, em grande parte, eram elementos integrantes das famílias que compunham a referida oligarquia, aparecendo como *credores* em diversas situações envolvendo escravos como garantia de empréstimos/dívidas ou hipotecas (v. Quadro 1).

Portanto, no total dos documentos cartoriais registrados no decorrer da segunda metade do século XIX em São Mateus, referentes às dívidas na forma de hipotecas (30 escrituras) e penhoras (13 escrituras), e nos quais os escravos (dentro outros bens) constam como garantia das quantias negociadas, identificamos um grupo restrito de indivíduos e/ou firmas que compareceram com maiores incidências nas referidas transações, sendo também detentores do maior quantitativo dos capitais investidos.

Assim, ao compararmos as Tabelas referentes aos 10 maiores vendedores e compradores de escravos em São Mateus, com a classificação que obtivemos acerca dos

---

<sup>21</sup> MARCONDES, Renato Leite. O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). In: *Revista Brasileira de Economia*, vol.56 nº 1, Rio de Janeiro, Mar. 2002 – disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402002000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402002000100006), acesso em 31/07/2011.

sete maiores credores/investidores em negócios creditícios envolvendo escravos naquela praça no mesmo período, chegamos a algumas constatações, do tipo:

1. A *Firma Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia*, que figura no topo dos maiores credores nos negócios creditícios, contabilizando um investimento de aproximadamente 29:000\$000rs./ 29 mil contos de réis em transações incluindo hipotecas e penhoras (onde constam 29 escravos como parte das garantias dos empréstimos efetuados), encontra-se também relacionado entre os maiores compradores de escravos (onde ocupa a 9ª posição), mas não é citado dentre os maiores vendedores de escravos;
2. *Domingos Rocha da Silva Rios*, por sua vez, além de figurar como o segundo maior credor nas transações creditícias (realizando empréstimos em torno de 25:000\$000 rs./25 mil contos de réis e aceitando 63 escravos como parte da garantia destes investimentos), ocupa também a segunda posição entre os maiores compradores e o 5º lugar dentre os maiores vendedores de escravos em São Mateus, cujos dados apontam para uma atuação mais ou menos proporcional deste nos três principais ramos de negócios que envolviam o mercado de escravos na região.

Quadro 1: Quadro 1: Maiores credores nas negociações de escravos em São Mateus/ES (1863-1887).

Credores (dos maiores p/ os menores investidores)	Total investido	Número de escravos aceitos como garantia
1. Firma Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia	29:043\$185	22 escravos
2. Domingos Rocha da Silva Rios	24:962\$898	63 escravos
3. Major Antonio Rodrigues da Cunha	23:047\$000	18 escravos
4. José Alves da Fonseca	18:000\$000	13 escravos
5. Tenente José dos Santos Neves	16:387\$910	28 escravos + 5 ingênuos
6. Francisco José de Faria	15:000\$000	6 escravos
7. Jerônimo Francisco Afonso Durães	14:000\$000	9 escravos
TOTAL	140:440\$993	159 escravos

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

O *Major Antonio Rodrigues da Cunha*, já referido, também se destaca neste sentido, considerando que o mesmo se encontra em 3º lugar dentre os maiores credores nas hipotecas e penhoras (onde investiu cerca de 23:000\$000 rs./ 23 mil contos de réis e aceitou 18 escravos como parte das garantias dos empréstimos), sobressaindo-se como o maior comprador de escravos em São Mateus, além de ocupar a 10ª posição entre os maiores vendedores de escravos no âmbito regional.